



História Unicap
ISSN 2359-2370

Pelo direito à cidade: Políticas públicas e hortas urbanas em Florianópolis

Right to the city: Public policies and urban houses in Florianopolis

Giovana Callado Ferreira*
gicallado@yahoo.com.br

Resumo:

Com os problemas decorrentes de um crescimento sem planejamento, em que a cidade é vista sob a ótica do mercado, e onde os interesses do capital são priorizados em detrimento dos interesses social e coletivo, surgiu toda uma articulação política em defesa do direito de ocupar a cidade para além dos muros de concreto. O objetivo deste artigo é analisar os movimentos em torno de práticas e políticas públicas de agricultura urbana em Florianópolis enquanto formas de construção de usos diversificados e democráticos do solo urbano. As articulações políticas levaram à criação da Rede Semear de agricultura urbana e à eleição de Marcos José de Abreu (Marquito), pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) – com sua plataforma em defesa da agroecologia, da agricultura urbana e do meio ambiente – como o segundo vereador mais votado no pleito de 2016. Levaram também à criação do Programa Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica de Florianópolis (PMAPO) e do Programa Municipal de Agricultura Urbana de Florianópolis. No movimento de reivindicar os espaços da cidade para as práticas de agricultura urbana, merecem destaque a formação das hortas comunitárias e institucionais. Neste trabalho, foi dado um espaço especial para a articulação da Horta Comunitária e Pedagógica do Pacuca.

Palavras-chave:

Cidade; Agricultura urbana; Agroecologia.

Abstract:

With the problems arising from unplanned growth, where the city is viewed from the market perspective, and where the interests of capital are prioritized to the detriment of the social and collective interest, a whole political articulation arises in defense of the right of occupy the city beyond the concrete walls. The objective of this article is to analyze the movements around urban agriculture practices and public policies in Florianópolis as forms of construction of diversified and democratic uses of urban land. The political articulations led to the creation of the Semear Network for urban agriculture, the election of Marcos José de Abreu (Marquito), the Socialism and Freedom Party (PSOL) – with its platform in defense of agroecology, urban agriculture and the environment – as the second most voted councilor in the 2016 election. They also led to the creation of the Municipal Program of Agroecology and Organic Production of Florianópolis (PMAPO) and the Municipal Program of Urban Agriculture of Florianópolis. In the movement to reclaim the spaces of the city for urban agriculture practices, it is worth mentioning the formation of community and institutional gardens. Here, a special space was provided for the articulation of the Communitarian and Pedagogical Garden of Pacuca.

Keywords:

City; Urban agriculture; Agroecology.

* Doutora em História Cultural pelo Programa de Pós-graduação da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis é um município que tem sido cenário, nas últimas décadas, de uma forte campanha que tem buscado associar a indústria do turismo à indústria de alta tecnologia. A imprensa nacional já intitulou a cidade como sendo a “ilha do Silício” do Brasil. Paralelo aos discursos veiculados, o poder público juntamente com representantes da iniciativa privada tem feito uma série de intervenções que tem buscado tornar a cidade um espaço cada vez mais urbano. Assim, condomínios, obras viárias, gigantes empreendimentos imobiliários e um novo plano diretor vão definindo os critérios de expansão da cidade.

Muitas dessas políticas trazem uma série de problemas para a vida na cidade, problemas decorrentes de um crescimento sem planejamento, em que a cidade é vista sob a ótica do mercado, e onde os interesses do capital são priorizados em detrimento do interesse do social e do coletivo.

Nesse contexto, o objetivo deste artigo é analisar o surgimento de políticas públicas voltadas para a agricultura na cidade de Florianópolis e, também, o surgimento de hortas comunitárias que buscam construir meios de ganhar espaços democráticos nessa cidade que está em processo de privatização dos usos da terra. A intenção é mostrar a existência de toda uma articulação política em defesa do direito de ocupar a cidade para além dos interesses privados e mercadológicos.

A presente pesquisa usou como suporte teórico os estudos de Henri Lefebvre que tem apontado a complexidade em torno das questões que envolvem o urbano e o rural e, também faz uso das discussões de David Harvey no que concerne a pensar a questão do “direito à cidade” em meio aos processos de urbanização capitalista. Os estudos de Harvey ajudam a pensar os mecanismos de exclusão presentes neste contexto.

A metodologia utilizada está ancorada no uso de entrevistas com agentes-chave deste processo, a exemplo de membros da Rede Semear e voluntários da Horta do Pacuca além da análise de documentos públicos como o Projeto de Lei que instituiu a PMAPO e o decreto que instituiu a agricultura urbana em Florianópolis. O presente artigo é resultado do trabalho de pesquisa realizado junto ao programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina para defesa de tese de doutorado que teve como temática central os processos de urbanização Florianópolis a partir das relações entre o rural e o urbano. Um dos capítulos da tese buscou analisar e problematizar os movimentos em torno da agricultura urbana que se fizeram presentes em Florianópolis através de suas diferentes tipologias, das hortas urbanas aos quintais produtivos.

Construindo práticas de ação: políticas públicas e hortas comunitárias

Canção da resistência
 “Sai daqui Seu Valentim / Abaixa esse dedo
 Tu não vais mandar em mim / Nossa organização
 Não vai deixar você levantar a construção
 Só queremos um lugar / pra brincar, amar, sonhar
 Não queremos construção / Nem um muro ou portão
 Não! Basta! De especulação!
 Só queremos nosso espaço / Pra se encontrar”¹

¹ Paródia da música *Rap da Felicidade* (2004), de Cidinho e Doca (In: TEATRO COMUNITÁRIO DO CANTO, 2016.).

O trecho da epígrafe é parte de uma peça de teatro criada pelo grupo Teatro Comunitário do Canto que, sediado no Canto da Lagoa, através da peça intitulada “E se eu fosse um camarão”, faz uma crítica bem-humorada aos processos de especulação imobiliária sofridos nessa região da cidade de Florianópolis. O texto destaca o aumento das construções e do processo especulativo da terra, e as consequências daí decorrentes, como a perda dos espaços comunitários, a poluição da lagoa, o afastamento das pessoas em relação ao ambiente. A peça aborda fatos² que, na ocasião, junho de 2017, eram alvo de debates na cidade por conta dos encaminhamentos para elaboração de um novo plano diretor, como a provável construção de um aeroporto em Ratonés e a possibilidade em torno da edificação de um empreendimento hoteleiro na região da Ponta do Coral, localizado na Avenida Beira Mar Norte.

Nesse embate, em que se discute um novo plano diretor para a cidade, o movimento de abertura de espaços – que possam garantir uma cidade plural, com possibilidades para o desenvolvimento de diferentes atividades e práticas, para o convívio de seus habitantes com o ambiente que os circunda de uma forma mais harmoniosa – é fundamental para abrir caminhos e construir práticas de ação. Esse movimento é importante, seja construído a partir do exercício da política, seja pelos movimentos de diferentes usos dos espaços urbanos pelas práticas de agricultura urbana.

Desse modo é que tem atuado a Rede Semear e os grupos que dela fazem parte, bem como representantes políticos e da sociedade civil. O movimento promovido pela Rede Semear³ de sensibilização quanto ao tema parece que encontrou eco em uma cidade que vive no seu cotidiano as consequências de um processo de especulação da terra, de crescimento desordenado e de ausência de políticas que possam garantir aos seus moradores um uso mais democrático dos espaços.

Florianópolis tem enfrentado problemas decorrentes da urbanização desordenada de forma recorrente. Problemas no trânsito, cada vez mais caótico, o aumento dos problemas ambientais, com ocupações que avançam sobre mangues, com rios e mares sendo alvo de despejos irregulares, uma cidade onde o poder público parece muitas vezes governar em nome de poucos grupos economicamente favorecidos.

Esse cenário parece ter influenciado nas eleições municipais de 2016, em que o PSOL elegeu três vereadores, entre eles, Marcos José de Abreu. Sua plataforma política esteve atrelada a propostas que visavam à construção de projetos voltados para as práticas de agricultura urbana e para o desenvolvimento de políticas públicas que caminhem

² Os fatos abordados na peça mencionada giravam em torno da execução de grandes empreendimentos que seriam executados em duas regiões de forte especulação imobiliária da ilha. O bairro de Ratonés, localizado na SC 401, sentido norte, é um dos últimos redutos com grandes propriedades e a presença de atividades rurais. É hoje muito visado para a edificação de condomínios. O outro projeto polêmico diz respeito a um terreno de 15 mil metros quadrados, localizado na Avenida Beira Mar Norte, região central da ilha, que é bastante utilizado por moradores e turistas para lazer. Além disto, o terreno em questão, ambientado na região chamada de Ponta do Coral, possui rancho de Pescadores, já foi uma área pública e desde os anos 80 do século XX foi vendido pelo governador Jorge Bornhausen. A prefeitura de Florianópolis pretende colocar em prática, junto da iniciativa privada, um megaempreendimento que resultará na construção de um Parque hotel e de uma Marina. Moradores e ambientalistas tem sugerido que a área poderia ser transformada numa grande área verde de lazer.

³ A Rede Semear Floripa tem, pois, como objetivo maior, a formação de uma rede de fomento à agricultura urbana e periurbana em Florianópolis. Para tal, tem contado com a parceria de diversos atores: Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo (Cepagro), Secretaria Municipal de Saúde (SMS), Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis (Floram), Quintais de Floripa, Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), Companhia Melhoramentos da Capital (Comcap), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Secretaria Municipal de Pesca, Maricultura e Agricultura (SMPMA) e também conta com a presença de diferentes interessados nas questões relativas à agricultura urbana de Florianópolis, como permacultores(as), estudiosos(as), agricultores(as), voluntários(as) de hortas comunitárias e outros. Desde a sua criação, em 2015, a Rede Floripa de Agricultura Urbana e Periurbana, tem promovido uma série de reuniões com objetivo de discutir e implementar ações voltadas para agricultura urbana em Florianópolis. Dentre essas ações, cabe destacar movimentos que apontam na direção da tentativa de implementar uma política pública municipal de agricultura urbana, pela sensibilização dos atores políticos que poderiam tornar a agricultura urbana algo regulamentado por uma legislação pertinente.

nesse sentido. Sua votação tão expressiva colocou-o na posição de segundo vereador mais votado da cidade. Sua eleição é um indicativo desse movimento.

Em março de 2017, o então vereador articulou um movimento e chamou representantes de entidades, a exemplo de ONGs, além de cidadãos interessados, para participarem da elaboração de um texto que criaria uma política municipal de agroecologia e produção de orgânicos para Florianópolis. Em 14 de março de 2017, o vereador Marcos José de Abreu protocolou na Câmara de Vereadores de Florianópolis o projeto de lei que estabeleceu a Política Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica de Florianópolis (PMAPO).

O jornal Maruim assim abordou o fato:

O PL propõe instituir a Política Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica (PMAPO), que prevê a implementação de mecanismos de incentivo aos produtores e à agricultura familiar, como: demarcação de áreas rurais dentro da cidade; criação de feiras orgânicas em mais bairros; regulamentação de terrenos baldios para a produção de alimentos; garantia e ampliação dos 30% de alimentos da merenda escolar municipal vindos de agricultura familiar, como já previsto em lei nacional; entre outras medidas. (FERREIRA, 2017, não paginado).

Nessa mesma perspectiva, de construção de uma via política para instituir a agricultura urbana em Florianópolis, um outro movimento da Rede Semear foi direcionado para a elaboração de um decreto que buscou instituir uma política municipal de agricultura urbana para Florianópolis. Capitaneado pela Rede Semear e com a colaboração de diversos parceiros nesta causa, o decreto que criou uma política municipal de agricultura urbana para Florianópolis foi assinado pelo prefeito em exercício, Gean Loureiro, em 5 de junho de 2017, no dia em que se comemora o Dia do Meio Ambiente em meio às comemorações da semana do Meio Ambiente em Florianópolis.

Toda essa movimentação política vem ao encontro de uma série de articulações que têm aparecido em Florianópolis, com vistas a promover uma ocupação mais democrática dos espaços da cidade e promover distintos usos do solo urbano através das práticas de agricultura urbana. Esse movimento, até bem pouco tempo bastante invisível, talvez para muitos ainda o seja, tem ganhado espaço gradativamente e se mostrado em ascensão, com forças difusas que, por vias distintas, têm caminhado na direção de construção de uma cidade mais justa, mais plural, voltada para as pessoas em suas múltiplas relações com o ambiente.

David Harvey tratou dessa questão do direito à cidade em meio à expansão do capitalismo e dos processos de urbanização acelerada. Nas suas palavras:

[...] a questão do tipo de cidade que queremos não pode ser separada da questão do tipo de pessoas que queremos ser, que tipo de relações sociais buscamos, que relações com a natureza nos satisfazem mais, que estilo de vida desejamos levar, quais são nossos valores estéticos. O direito à cidade é, portanto, muito mais do que um direito de acesso individual ou grupal aos recursos que a cidade incorpora: é um direito de mudar ou reinventar a cidade [...] é um direito mais coletivo do que individual, uma vez que reinventar a cidade depende inevitavelmente de um exercício de um poder coletivo sobre o processo de urbanização. (HARVEY, 2014, p. 28).

No texto de Harvey, a questão do direito à cidade e aos seus espaços parece ter-se tornado algo bastante mercantilizado sob os auspícios do capitalismo e da política neoliberal ditada pelo mercado financeiro. A cidade tem-se tornado espaço de segregação, a qualidade de vida tornou-se mercadoria, e os usos do solo urbano são ditados pelo

poder do capital, em que os interesses privados se sobrepõem aos coletivos. Reivindicando a busca por direitos coletivos, esse autor destaca a importância do direito à cidade, na busca de reconfigurá-la, para que possa ser muito mais do que aquilo que o capital empresarial e financeiro, muitas vezes apoiado pelo aparato estatal, concebeu (HARVEY, 2014).

A agricultura urbana é parte desse movimento que se tem mostrado em evidência na vida urbana nas últimas décadas como mecanismo de ocupação de espaços urbanos e de reinvenção das cidades. Historicamente, a agricultura urbana esteve presente em diversos países, sobretudo no século XIX, quando trabalhadores rurais buscavam amenizar suas dificuldades de sobrevivência diante das cidades industriais. Cabe destacar o caso alemão, pelo surgimento dos *Kleingarten* – parcelamentos de terras dedicadas ao cultivo de hortas que serviram como fontes de alimentos em períodos de escassez –, mas igualmente como ferramenta de educação ambiental e espaço de resistência diante dos processos de urbanização em curso ao longo dos séculos XIX e XX (LIMA, 2019). Em outras regiões como América Latina, África e Ásia, a agricultura urbana ganha força como estratégia de sobrevivência diante de crises econômicas que se apresentam fortemente a partir de 1980. No contexto brasileiro, pode-se afirmar que a agricultura urbana é uma realidade e engloba múltiplas atividades. Um estudo de 2007, feito pela rede de intercâmbio e tecnologias, levantou a existência de mais de 600 experiências de agricultura urbana. Em 2007 ocorreu em Brasília o primeiro Seminário Nacional de Agricultura Urbana, que teve como resultado prático a elaboração das diretrizes da Política Nacional de Agricultura Urbana (FREDDI, 2015). Desde então, diversas políticas públicas vêm fortalecendo o movimento em torno da agricultura urbana no Brasil. Como ações recentes que envolvem Florianópolis no contexto da agricultura urbana podem ser destacadas: a aprovação da Lei nº 10.501, de 8 de abril de 2019, que dispõe sobre a obrigatoriedade da reciclagem de resíduos sólidos urbanos do município de Florianópolis, a Lei nº 10.628, de 8 de outubro de 2019, que institui e define Florianópolis como zona livre de agrotóxicos e a aprovação da Emenda Aditiva ao anexo do Projeto de Lei nº 17.794/2019, que incluiu a agricultura urbana na Lei Orçamentária do município.

Cabe destacar que, em Florianópolis, as experiências de agricultura urbana têm-se apresentado em diferentes tipologias e práticas. Sob a perspectiva de buscar novos usos para o solo urbano e de ocupar espaços urbanos para além das funções ditas “urbanas” é que surgem os movimentos em torno das hortas comunitárias.

Ocupar a cidade a partir do estabelecimento de hortas comunitárias é apenas uma das muitas portas possíveis de acesso à cidade a partir da agricultura urbana. As tipologias da agricultura urbana são bastante numerosas e, em Florianópolis, apresentam-se como tal: hortas comunitárias, hortas institucionais, quintais produtivos, espaços de produção de mudas, práticas de compostagem, produção de orgânicos, plantio e recuperação de áreas degradadas de mata, agricultores tradicionais, engenhos de farinha, jardins funcionais, essas são algumas práticas dos moradores e das moradoras de Florianópolis.

Em Florianópolis, essa prática de ocupar a cidade a partir das hortas comunitárias é parte de um movimento que ganhou força entre 2014 e 2017, período em que a articulação política de tentativa de institucionalização da agricultura urbana também ganhava espaço. Em relação a isso, a minuta do decreto que criou o Programa Municipal de Agricultura Urbana assim tratou das hortas comunitárias:

Art. 3. Programa de Agricultura Urbana do Município de Florianópolis priorizará: II- Incentivo ao cultivo de hortas urbanas em espaços públicos, comunitários ou residenciais tais como: quintais, terraços, tetos, sacadas, escolas, creches, centros de saúde, centros de assistência social, entre outros; [...]. (FLORIANÓPOLIS, 2017, não paginado).

Aquilo que a legislação buscou dar existência legal e incentivar futuras políticas públicas já era uma realidade em diferentes pontos do espaço urbano. Um levantamento feito para esta pesquisa apontou a existência de hortas comunitárias, institucionais e domésticas em diferentes pontos de Florianópolis. Nesse primeiro momento, cabe destacar a presença das hortas comunitárias na cidade. As hortas comunitárias representam uma das possibilidades de agricultura urbana. Analisá-las, em detrimento de outras práticas existentes em Florianópolis, faz-se importante, uma vez que essas manifestações representam um importante mecanismo de acesso ao solo urbano, sobretudo por estar este município sediado em grande parte em uma ilha, com um ecossistema extremamente vulnerável e sensível às transformações impostas pela urbanização desenfreada que vem se verificando nas últimas décadas. Além disso, as experiências de hortas em espaços públicos ociosos, públicos ou privados, têm demonstrado inúmeras contribuições positivas para as comunidades e para a cidade, a exemplo da valorização do cultivo de alimentos em nível local, da contribuição para a manutenção da biodiversidade, do microclima, da facilitação do escoamento da água das chuvas, além do fortalecimento de laços de pertencimento, sobretudo de pessoas que vivem no município e têm um histórico de migrações.

A partir do grupo Quintais de Floripa, é possível fazer um mapeamento da localização de algumas delas. Na página Quintais de Floripa, é possível encontrar uma lista de iniciativas que surgiram e receberam apoio do grupo em questão. Entre elas, estão listadas a Horta do Pacuca, localizada no Campeche; a Horta da Associação dos Moradores do Jardim das Castanheiras (AMOJAC), também localizada no Campeche; a Horta Luz, localizada no Parque da Luz, centro de Florianópolis; a Horta Quintal Comunitário do Córrego, localizada no bairro do Córrego Grande; a Horta das Garças, também localizada no Campeche; e a Horta da Fazenda, no Centro de Saúde Fazenda do Rio Tavares.

Existem ainda outras iniciativas de hortas comunitárias na Ilha, existe a Horta Alecrim, localizada no bairro Rio Vermelho, a Horta da Avenida Beira-Mar de São José, localizada na parte continental de Florianópolis. Existem as hortas criadas em espaços assessorados pelo poder público, como a Horta do Jardim Botânico de Florianópolis, as hortas dos centros de saúde e das escolas municipais, as hortas em projeto de implementação, a exemplo da futura Horta do Parque Linear do Córrego Grande, e também as Hortas que, juntamente com espaços de compostagem, constroem núcleos de educação ambiental, como acontece na sede do Serviço Social do Comércio (SESC) de Cacupé Florianópolis.

A intenção nesta reflexão não é quantificar as hortas comunitárias ou institucionais encontradas em Florianópolis, mas sim fazer uma reflexão da importância desse movimento das hortas comunitárias nos processos de ocupação dos espaços urbanos e na construção de novas relações com o ambiente.

Um trabalho muito interessante desenvolvido por Gustavo Nagib tratou de analisar o caso da Horta das Corujas em São Paulo como fruto de um ativismo que se traduz num movimento de ocupar espaços da cidade, num processo

de democratização do acesso à cidade e ao ambiente e de construção de relações mais solidárias em detrimento do avanço do individualismo presente em grande parte da sociedade contemporânea. Nas palavras deste autor:

Este tipo de ativismo preocupou-se em apresentar soluções alternativas que alcancem a dimensão da esfera comunitária, aí reside o empenho em ocupar espaços públicos urbanos e materializar hortas comunitárias, rompendo os limites individualistas da sociedade de consumo. (NAGIB, 2016, p. 65).

É dentro dessa perspectiva de “ativismo”, de ocupação de espaços urbanos e tentativas de “superção dos problemas urbanos” que pode ser enquadrada a Horta Comunitária e Pedagógica do Pacuca. Dentre as hortas comunitárias existentes em Florianópolis, a Horta do Pacuca é, sem dúvida, aquela que apresentou um maior crescimento em um período de dois anos aproximadamente (2015-2017), e aquela que tem tido a maior visibilidade.

A Horta Comunitária do Pacuca está localizada no Campeche, região sul da Ilha de Santa Catarina, no terreno do antigo Campo de Aviação. A história da Horta do Pacuca começa a ser construída em meio a um processo de ocupação de um terreno de 352 mil m² localizado na Avenida Pequeno Príncipe. A história da Campo de Aviação se entrecruza com a história da urbanização da Campeche e da Horta do Pacuca. O início da Horta do Pacuca relaciona-se com duas questões que estavam em evidência na comunidade naquele momento: primeiro, o desejo de criar um espaço de compostagem e, segundo, um movimento de ocupação de um espaço público cuja história se relaciona com os movimentos de constituição da comunidade em relação aos usos de um lugar e à construção de um sentimento de pertencimento.

A ocupação desse espaço vai ser feita em um período de tempo de um ano, entre 2016 e 2017. Cabe destacar que a questão da ocupação daquele espaço com a Horta Comunitária Pacuca foi enfatizada na narrativa da voluntária e bióloga, Bianca Pulice, como crucial nesse movimento da busca pela construção de um Parque na região, o Parque Cultural do Campeche:

[...] a horta está em um lugar bastante estratégico que seria o futuro Parque Cultural do Campeche, então ter a horta ali é uma forma de ocupação daquele espaço, daquele território e mostrar que sim, que aquele terreno gigante de 323 mil metros quadrados pode ser uma área para a sociedade. Então, a primeira ação de ocupação daquele campo é da horta, então eu entendo como uma ação muito importante para a gente frear essas especulações imobiliárias que tem ali naquele terreno e tentar realmente que ali seja uma AVL para pessoas poderem aproveitar melhor o bairro [...] então essa ideia do parque Cultural do Campeche é algo que é uma luta já de muitos anos e que a sociedade espera que um dia saia, seria muito incrível [...] a horta vem como uma das primeiras ações para começar a construir esse Parque de alguma forma. (PULICE, 2017).

Na narrativa de Bianca Pulice, a Horta do Pacuca aparece como sendo a “primeira ação de ocupação daquele campo”. Portanto, a força desse movimento pode ser interpretada como sendo um movimento de reivindicação da cidade dentro dos processos de urbanização, ou seja, de tentativas das comunidades de “frear essas especulações imobiliárias”. Diante dos processos de urbanização acelerada característicos do mundo contemporâneo e da vida urbana, as “[...] mudanças nos pressupostos dos planejamentos figuram entre as principais demandas contemporâneas. Uma das alterações esperadas é que seja reforçada a função social do espaço urbano.” (NAGIB, 2016, p. 129). A

agricultura urbana, nesse caso através das hortas comunitárias, pode ser pensada como uma maneira de rever a agenda urbana, por meio da promoção, via ocupação de espaços urbanos, de uma democratização de acesso à cidade.

Assim sendo, a Horta do Pacuca foi apresentada pela voluntária Bianca como sendo um passo fundamental nesse movimento de inversão de uma lógica mercadológica que desenha as cidades sob forte influência dos agentes de mercado. Florianópolis teve, ao longo de seus processos de urbanização, uma forte interferência dos setores ligados ao capital privado, que, em associação com o poder público, criaram e definiram os “rumos” que a cidade deveria trilhar.⁴

Se, por um lado, o planejamento dos poderes públicos não tem priorizado a implementação de espaços públicos e áreas de lazer em Florianópolis, a articulação de diferentes sujeitos em torno da Horta do Pacuca é um indicativo de que o “ativismo” local pode reinventar a cidade. A Horta do Pacuca aparece como uma possibilidade, nesse contexto, de materialização da construção de espaços comunitários como o projeto que visa implementar na área o Parque Cultural do Campeche.

A Horta Comunitária do Pacuca iniciou em 2015, mas, pelas imagens da Figura 1 e da Figura 2, foi possível perceber que, no início de 2016, esse espaço ainda se constituía num ambiente subutilizado, ou melhor, com uso inadequado, a partir do descarte de “lixo” no local.



Figura 1 – Entrada da Horta do Pacuca, com descarte de lixo/
Entrance of Horta do Pacuca, with garbage disposal

Fonte: Acervo da autora (março de 2016)

⁴ Existem inúmeros trabalhos que trataram do processo de atuação do poder público e do capital privado no que concerne à urbanização de Florianópolis. Cf.: ASSIS, Leonora Portela de. Planos, ações e experiências na transformação da “pacata” Florianópolis em capital turística. Florianópolis, Dissertação (Mestrado em História Cultural), Universidade Federal de Santa Catarina, 2000. MARCON, Maria Teresinha de R. A metropolização de Florianópolis: o papel do estado. Florianópolis, Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Santa Catarina, 2000. MACHADO, Ewerton Vieira. Florianópolis: um lugar em tempo de globalização. São Paulo, Tese (Doutorado em Geografia Humana), Universidade de São Paulo, 2000. SUGAI, Maria Inês. Segregação silenciosa: investimentos públicos e dinâmica socioespacial na área conurbada de Florianópolis (1970-2000). Florianópolis: Ed. UFSC, 2015.



Figura 2 – Trabalho de voluntários na construção de um canteiro na Horta do Pacuca / Volunteer work on building a vegetable garden in Horta do Pacuca

Fonte: Acervo da autora (março de 2016)

Entre os meses de março e novembro de 2016, a Horta do Pacuca teve um crescimento muito significativo, o espaço foi estruturado e ampliado, grandes canteiros foram construídos, árvores frutíferas foram plantadas e até um mapeamento para implantação de um engenho de farinha tomou forma. Matérias nos jornais traziam visibilidade ao Pacuca. Fotos tiradas em novembro de 2016, a exemplo da Figura 3 e da Figura 4, mostram um espaço completamente diferente daquele visto nas imagens feitas em março de 2016.



Figura 3 – Foto de canteiro da Horta do Pacuca com alerta sobre os “cuidados” com a colheita / Photo of vegetable garden in Horta do Pacuca with warning about care about the harvest

Fonte: Acervo da autora (novembro de 2016)



Figura 4 – Foto da Horta do Pacuca no Campeche /
Photo of Horta do Pacuca in Campeche
Fonte: Acervo da autora (novembro de 2016)

É importante destacar que esse crescimento pode ser também explicado, a partir da atuação das parcerias construídas em torno do Pacuca, seja com órgãos públicos ou institucionais, seja com a própria comunidade. A parceria com diferentes órgãos vai auxiliar na estruturação e condução do Pacuca. Então, o funcionamento do Pacuca mostra-se em correlação com a Associação de Moradores do Campeche (AMOCAM), os Quintais de Floripa, o Destino Certo, a Intendência do Campeche, a Comcap, o Conselho de Saúde local e com o trabalho dos voluntários e das voluntárias.

De qualquer modo, o espaço que essa horta ocupa em meio ao antigo Campo de Aviação e a intenção da comunidade de criar, nesse espaço urbano, um parque cultural ajudam a compreender as particularidades do Pacuca. A horta foi construída em meio a um processo de redimensionamento do Distrito e da cidade, através da discussão do Plano Diretor. O sul da Ilha hoje é uma das regiões que cotidianamente enfrenta as consequências de um planejamento urbano equivocado, filas em diferentes horários do dia, queixas dos moradores no que diz respeito à poluição do meio ambiente, o avanço das construções em áreas como dunas e restingas.

Pode-se inferir que esses problemas ajudaram a dar ao Pacuca a força de algo que pode ser visto como símbolo de uma reconfiguração do espaço urbano. A Horta do Pacuca aparece como uma demanda local em meio a uma cidade que tem enfrentado problemas semelhantes em seus diferentes espaços.

Nesse movimento, outras hortas também aparecem como sintomas de uma cidade dominada pela especulação imobiliária, fora de sintonia com seu ecossistema insular.

A Horta Comunitária do Córrego Grande, intitulada Quintal Comunitário do Córrego, nasceu em 2012 de uma demanda social pelo direito de ocupar um espaço público que também estava na mira de representantes do setor imobiliário. A Horta Comunitária do Córrego Grande surge, então, como articulação de um grupo que reivindica o uso dos espaços num movimento que, diante do avanço das construções e da redução de áreas comunitárias, percebe os

espaços vizinhos sem uso ou que viraram “depósito de lixo” como um prolongamento das residências urbanas, como um “quintal urbano”.

O processo de articulação em torno das hortas tem sido um importante movimento na direção da constituição de cidades menos esvaziadas, com pessoas ocupando as ruas, convivendo nos bairros, relacionando-se com o ambiente. Mas, não resta dúvida de que o crescimento e fortalecimento dessas iniciativas só acontecem se houver um envolvimento dos cidadãos. A participação nas hortas comunitárias parece que cumpre esse papel de reinventar o “ser-em-grupo”. Voltando à Horta do Pacuca, a narrativa da voluntária Bianca traz bastante força a esse argumento que relaciona o envolver-se com as hortas e as possibilidades de transformação nas relações entre os seres humanos e entre estes e o ambiente, sempre na busca por uma cidade mais inclusiva e voltada para as pessoas.

Nas palavras de Bianca Pulice:

Mudou bastante coisa (rs), a horta me deu (silêncio), me deu um senso de pertencimento né, ao bairro e a cidade, conseqüentemente, eu tô morando a um ano em Florianópolis, parece que eu moro a uma vida aqui, eu conheci muita gente na horta e conheci muito a história local do bairro [...] eu aprendi muitas coisas sobre plantas mas eu aprendi também muitas coisas sobre desapego, sobre responsabilidade, sobre disciplina [...] a horta me trouxe amigos, responsabilidade, me trouxe um lugar onde eu me sinto em casa [...] um lugar onde eu aprendi a estar cem por cento presente [...] mudou minha rotina, meu jeito de enxergar os alimentos, de valorizar os agricultores [...]. (PULICE, 2017).

Esse envolvimento com a horta, sobre o qual fala Pulice, foi fundamental para a constituição desse sentimento de pertencimento, fundamental para que possa haver um envolvimento maior e efetivo das pessoas com as hortas ou com outras experiências de agricultura urbana. É interessante destacar que essa constituição de novos laços, com as pessoas que compartilham das experiências nas hortas comunitárias, parece capaz de “[...] recuperar laços e relações sociais pautados em princípios e valores humanos solidários e generosos, que há tempos foram (e continuam sendo) dilacerados por um regime que execra tudo que não for regido pela ordem da mercadoria [...]” (FREDDI, 2015, p 137) A relação vai sendo construída através de dinâmicas próprias de cada lugar e dos envolvidos diretamente com a horta, entre voluntários(as) e membros da comunidade.

A construção dessas relações na comunidade, a partir das hortas, não está isenta do aparecimento de tensões e conflitos. O aparecimento dos conflitos nos espaços das hortas comunitárias é algo que está ligado ao fato de que o espaço das hortas, os encontros e as relações ali construídas são parte da aproximação entre pessoas, pessoas com pensamentos distintos, com expectativas variadas e com formas de estar em grupo as mais diferentes. Pulice reafirma isso na sua entrevista, quando diz que “[...] onde tiverem pessoas vão existir conflitos, porque as pessoas tem opiniões diferentes e umas sabem se comunicar melhor que outras” (PULICE, 2017).

Agora, dentro de um contexto de cidade que tem crescido em meio à construção de muros de condomínios fechados e da expansão crescente da construção imobiliária, as hortas e a convivência nelas, com os seus conflitos, maiores ou menores, têm-se apresentado como possibilidade de “[...] renascimento da vida comunitária, promovendo a integração entre pessoas de diferentes idades, origens e estilos de vida.” (FREDDI, 2015, p. 136).

Em meio aos conflitos que vão surgindo, a convivência, as trocas vão-se tornando elementos para a construção de novas sociabilidades. Nos acordos estabelecidos para o “bom funcionamento” da horta, vão sendo espalhadas ideias

referentes ao respeito, respeito ao outro, respeito ao coletivo, respeito aos voluntários, por exemplo. E, ainda, a construção de novas maneiras de se relacionar com o ambiente e de buscar também novas formas de alimentar-se, relacionar-se, divertir-se, enfim, vão permitindo construir novas formas de ser em grupo e de estar no meio ambiente.

Dentre as escolhas possíveis, escolher o que plantar e como fazê-lo aparece como uma ferramenta poderosa no contexto de reelaboração do direito à cidade, uma vez que é devolvido aos cidadãos o direito de controle maior sobre a obtenção do seu alimento, sobre suas formas de produção e sobre os usos que esses conferem aos espaços da cidade.

Nas palavras de Harvey:

[...] O direito à cidade, como comecei a dizer, não é apenas um direito condicional de acesso aquilo que já existe, mas sim um direito ativo de fazer a cidade diferente, de formá-la mais de acordo com nossas necessidades coletivas (por assim dizer), definir uma maneira alternativa de simplesmente ser humano. Se nosso mundo urbano foi imaginado e feito, então ele pode ser reimaginado e refeito. (HARVEY, 2013, p. 33).

O escolher o que, como e onde plantar tem sido algo discutido nesse movimento de articulação em torno das hortas urbanas. Esse debate, sobretudo das formas de produção e manejo, tem contribuído para a reelaboração da relação entre seres humanos e meio ambiente haja vista que tem aparecido de forma bastante enfática, em diferentes espaços, das hortas coletivas aos quintais urbanos, a defesa da implementação dos princípios da agroecologia.

Em linhas gerais, a agroecologia tem sido apresentada como uma alternativa ao modelo de agricultura industrial que foi assentado nos princípios da Revolução Verde. Ou seja, ao invés de um modelo que privilegie o uso das formas de energia baseada nos combustíveis fósseis, o uso intensivo de químicos (fertilizantes e agrotóxicos) e o controle das sementes e tecnologias por grandes grupos econômicos, a agroecologia assenta suas bases no uso de energias renováveis, na produção de alimentos pela agricultura familiar, na valorização das diferentes formas culturais de produção, no uso de recursos locais e no respeito ao meio ambiente e às diferentes formas de vida. (MACHADO FILHO; MACHADO, 2014).

A agroecologia e seus princípios têm ganhado evidência em políticas públicas e nas experiências de agricultura empreendidas no meio urbano. A PMAPO instituída para Florianópolis dessa forma apresentou sua definição de agroecologia:

Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se:

I - agroecologia: o campo do conhecimento transdisciplinar que estuda os agroecossistemas, visando ao desenvolvimento das relações entre capacidade produtiva, equilíbrio ecológico, eficiência econômica, equidade social e uso e conservação da biodiversidade e dos demais bens naturais, por meio da articulação entre conhecimento técnico-científico, práticas sociais diversas e saberes e culturas populares e tradicionais. (ABREU, 2017, p. 1).

Esse mesmo Projeto de Lei estabelece entre as suas diretrizes o incentivo à ocupação de espaços para o desenvolvimento de hortas urbanas e estipula como objetivo a produção de alimentos que valorizem a diversidade das culturas locais e estejam em consonância com o meio ambiente.

A preocupação com o ambiente é algo bastante evidente nas formas de organização da produção das hortas comunitárias de Florianópolis. Os voluntários Bianca Pulice e Anilton Bardança destacaram, cada qual à sua maneira, o uso de práticas consideradas mantenedoras do equilíbrio ambiental. Nas palavras de Pulice:

A gente tenta seguir os princípios da agroecologia, a gente quer fazer a restauração do solo, então a gente tem um mini sistema agroflorestal para pesquisa e estudo [...] a gente trabalha com canteiros elevados por causa da contaminação do solo já que enterravam lixo ali naquele terreno antigamente. [...] a gente não pode dizer que é uma horta 100% orgânica, o que a gente consegue dizer é que a gente não usa nenhum tipo de defensivo químico, nenhum fertilizante dentro da horta. (PULICE, 2017).

Sr. Anilton Bardança também destacou os cuidados referentes ao cultivo no espaço do Pacuca:

[...] você sabe que aqui não se coloca água de fumo, não se coloca água de sabão, não se coloca cloro, não se coloca nada, nada de veneno, até a água nossa é água de ponteira [...] foi feita análise [...] tá perfeita. Nem água de cloro da Casan não tem, então isso é muito bom porque a gente tá comendo um troço saudável e as pessoas também, a gente fica contente que as pessoas tá levando coisa boa pra casa. (BARDANÇA, 2016).

Dos canteiros elevados citados por Pulice à água de ponteira mencionada pelo Sr. Bardança, fica em destaque que as formas de produção na Horta do Pacuca buscam estar conectadas com a produção de alimentos saudáveis, sem o uso de fertilizantes, herbicidas ou agrotóxicos, bem como com o cuidado com o ambiente, através dos princípios da agroecologia.

Nessa perspectiva, a agricultura urbana encontra sua dimensão ativista ao buscar um modelo alternativo de produção e consumo. Busca-se alterar a lógica de produção e consumo da dinâmica capitalista presente em boa parte das cidades no mundo atual (NAGIB, 2016, p. 108).

Desse modo, a relação entre as hortas e os princípios da agroecologia abrirá caminho para enfrentar desafios das cidades contemporâneas, como a questão do tratamento dos resíduos sólidos. Em meio aos princípios da agroecologia, cabe considerar a importância de transformação dos resíduos sólidos orgânicos em material para uso como adubo, completando o ciclo que retira do meio ambiente toneladas de lixo não tratados, e que, misturados ao lixo de descarte, acabam sendo desperdiçados e contribuindo para a poluição do solo e do ambiente.

A produção firmada nos princípios da agroecologia se faz fundamental no contexto de Florianópolis, uma vez que o município está localizado em sua maior parte em ambiente insular, marcado por um ecossistema diverso, formado por dunas, restingas, manguezais e, ao mesmo tempo, frágil. Sobre agroecologia, é possível destacar:

[...] a agroecologia é uma forma de praticar a agricultura. [...] O movimento agroecológico incorpora à agricultura, tanto na sua prática quanto na ciência que a estrutura, princípios éticos de responsabilidade do agricultor e de quem o promove para com o seu ambiente, sua sociedade e sua própria saúde. A agroecologia, ou uma agricultura responsável, certamente ainda está em construção e, embora seus princípios possam ser aplicados com caráter universal, esta construção é essencialmente de natureza local e, portanto, diversificada, dependendo tanto da natureza do ecossistema quanto da cultura das populações. (THEODORO *et al.* 2009).

É possível inferir que, nas diferentes hortas presentes na cidade de Florianópolis, tem surgido, seja na implementação de projetos de compostagem, seja na adubação orgânica, seja no controle da água utilizada, seja pela produção de alimentos orgânicos, um movimento na direção da produção agroecológica.

A escolha dos modos de cultivo que são pautados em uma relação de maior equilíbrio com o ambiente, tem sido marcante nas experiências das hortas comunitárias urbanas em Florianópolis. Além das formas de manejo, cabe destacar ainda que, o processo de organização e manutenção dessas hortas, exige a presença de trabalhadores(as) que possam dedicar parte de seu tempo nos cuidados com a terra.

O cotidiano da vida urbana muitas vezes não permite que uma pessoa possa produzir os alimentos necessários para suas necessidades alimentares. Uma série de dificuldades aparecem, como a questão da falta de espaço ou mesmo do tempo disponível para o trabalho com os cultivos.

O trabalho comunitário e voluntário verificado nas práticas de hortas urbanas tem apontado para possibilidades de novos modos de ocupação da cidade, alternativas de ocupação solidária. Além disso, a agricultura urbana na forma das hortas comunitárias tem sido “[...] um mecanismo de reestruturação e ressignificação do espaço urbano, em contraposição ao modelo de consumo dominante.” (NAGIB, 2016, p. 108).

A participação no trabalho voluntário das hortas comunitárias consegue subverter a lógica que relaciona a cidade ao isolamento, ao medo, à violência, aos congestionamentos. O trabalho nas hortas parece aproximar a cidade “de sua imagem de comunidade, participação, animação, beleza e prazer.” (NAGIB, 2016, p. 143). Pulice fala sobre o trabalho voluntário e a relação com a comunidade na Horta do Pacuca:

[...] todo mundo planta, todo mundo faz tudo na horta, não existe uma divisão de trabalho, todos os voluntários fazem todas as atividades, claro que alguns tem mais afinidade com determinadas atividades, outros com outras, mas quase todo mundo acaba plantando, que é uma atividade tranquila [...] a gente organiza workshops sobre diversos assuntos e temas relacionados a horta, isso para chamar a comunidade para conhecer a horta, para participar da horta [...] a gente tenta o máximo possível que a comunidade saiba que a horta existe [...] para ajudar e participar de alguma forma, senão puder com trabalho, tempo, que esteja ali de alguma forma porque aquilo é um trabalho superlegal feito para integrar mesmo a comunidade, onde acontecem, a gente faz festas ali também, então é um lugar que mistura bastante gente, bastante gerações também, que ocorre um aprendizado não só do plantio, mas de coisas sobre a região, sobre Florianópolis, etc. (PULICE, 2017).

A narrativa de Pulice vai deixando evidente que a horta é um espaço de construção de pertencimento: ao bairro, à cidade, à comunidade. A participação nas hortas aparece ainda como espaço de aprendizado, de convívio com a diferença, de construção de novas relações com a terra, com o ambiente, com o alimento. “Por servir de espaço de interação com o meio local, é ambiente para estabelecimento de relações sociais, encontro de gerações, de culturas e de gentes. A gestão das hortas comunitárias incorpora a participação ativa da comunidade.” (FREDDI, 2015, p. 99).

As experiências elaboradas a partir da organização e manutenção de hortas em Florianópolis, sejam institucionais ou comunitárias, têm permitido não só um movimento na direção da ocupação dos espaços urbanos, mas também têm promovido uma reelaboração das relações entre pessoas que vivem na cidade e, mais ainda, uma reelaboração das relações com a terra, o ambiente.

Em busca de uma cidade mais plural, de relações mais equilibradas entre homens e mulheres e o ambiente, o movimento das hortas tem aberto possibilidades de ser em grupo, de estar na cidade, de repensar o *modus operandi* de atitudes em que o consumo e o individualismo são marcas constantes.

Referências:

- ABREU, Marcos José de. *Projeto de Lei nº 17.002/2017*. Estabelece a Política Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica de Florianópolis – PMAPO. Florianópolis: Câmara Municipal, 14 mar. 2017.
- BARDANÇA, Anilton Graciliano. *Entrevista*. [30 nov. 2016]. Entrevistadora: Giovana Callado Ferreira. Florianópolis, 2016. 1 arquivo .mp3. (Agricultor e voluntário da Horta do Pacuca, Campeche).
- FERREIRA, Karina. Vereador explica projeto de lei que apoia produção de alimentos em Florianópolis: “transcende direita ou esquerda”. Maruim, 6 abr. 2017. Disponível em: <http://maruim.org/2017/04/06/vereador-marquito-explica-projeto-de-lei-que-apoia-a-producao-de-alimentos-em-florianopolis-transcende-direita-ou-esquerda/>. Acesso em: 11/05/2017.
- FLORIANÓPOLIS (Município). *Decreto nº 17.688, de 5 de junho de 2017*. Dispõe sobre a criação do Programa Municipal de Agricultura Urbana.
- FREDDI, Susi M. *A agricultura urbana e o “bem viver” nos espaços urbanos: um estudo de caso sobre as hortas comunitárias do município de Joinville/SC*. Florianópolis, Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas), Universidade Federal de Santa Catarina, 2015.
- HARVEY, David. A liberdade da cidade. In: MARICATO, Ermínia et. al. *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013.
- HARVEY, David. *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- LIMA, Angela Bernadete. *Espaços de cultivo em meio à cidade: uma história sócia ambiental da Alemanha (do século XIX aos dias atuais)*. Florianópolis, Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, 2019.
- MACHADO, Luiz C. Pinheiro; MACHADO FILHO, Luiz C. P. *A dialética da agroecologia: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno*. São Paulo: Expressão Popular, 2014.
- NAGIB, Gustavo. *Agricultura urbana como ativismo na cidade de São Paulo: o caso da Horta das Corujas*. São Paulo, Dissertação (Mestrado em Geografia Humana), Universidade de São Paulo, 2016.
- PULICE, Bianca. *Entrevista*. [18 jun. 2017]. Entrevistadora: Giovana Callado Ferreira. Florianópolis, 2017. 1 arquivo de WhatsApp. (Permacultora e voluntária da Horta Pedagógica e Comunitária do Pacuca, Campeche).
- QUINTAIS DE FLORIPA. Sobre. 2016. Disponível em: <https://quintaisdefloripa.wordpress.com/sobre/>. Acesso em: 24 jul. 2017
- TEATRO COMUNITÁRIO DO CANTO. E se eu fosse um camarão. Versão 2016.
- THEODORO, Suzi H.; DUARTE, Laura G.; ROCHA, Eduardo L. *Incorporação dos princípios agroecológicos pela extensão rural brasileira: um caminho possível para alcançar o desenvolvimento sustentável*. In: THEODORO, Suzi H.; DUARTE, Laura G.; VIANA, João N. (Org.). *Agroecologia: um novo caminho para a extensão rural sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

Submissão: 30/09/2019

Aceite: 12/11/2019